

Câmara do Rio avalia emendas ao projeto de lei da nova Praça Onze

Vereadores discutem com secretários e técnicos aprimorações finais ao texto

Luciola Villela/CMRJ

Por Redação

Os vereadores voltaram a se reunir com técnicos da Prefeitura do Rio para debater emendas ao Projeto de Lei Complementar nº 92/2025, encaminhado pelo Executivo, que institui a Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) Praça Onze Maravilha e prevê intervenções urbanísticas na região, incluindo a demolição do Elevado 31 de Março. Durante o encontro, os parlamentares defenderam a ampliação da oferta de habitação de interesse social e a garantia da permanência dos moradores atuais na área.

O presidente da Câmara Municipal do Rio, vereador Carlo Caiado, ressaltou que o projeto vem sendo amplamente discutido pelos parlamentares e que as 180 emendas apresentadas foram elaboradas a partir das reivindicações da população local.

“Trata-se de um projeto que promoverá mudanças significativas em uma área histórica da cidade, mas é fundamental que esse processo ocorra com diálogo e responsabilidade social. As emendas apresentadas refletem as demandas levantadas pela população durante audiências públicas e encontros com moradores, especialistas e representantes da sociedade civil”, afirmou Caiado.

O secretário municipal de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento, Gustavo Guerrante, informou que diversas sugestões feitas pelos vereadores serão incorporadas pelo Executivo, entre elas a emenda relacionada à Vila Operária Salvador de Sá.

“A questão da Vila Operária esteve presente em todas as discussões e sempre foi motivo de preo-



Reunião definiu os últimos detalhes antes do texto ir para o plenário para votação

cupação dos vereadores. Por isso, ela não poderia ficar de fora deste Projeto de Lei Complementar. A Prefeitura vai acolher a emenda que prevê a requalificação do conjunto arquitetônico da Vila Operária”, destacou Guerrante.

O secretário também mencionou propostas voltadas à construção de novas moradias de interesse social e à criação de programas de melhorias habitacionais.

O vereador Salvino Oliveira (PSD) defendeu a aprovação de uma emenda de sua autoria voltada à regularização fundiária. Segundo ele, a proposta foi construída em parceria com a Defensoria Pública e o Ministério Público Federal.

“Foi realizado um levantamento de cerca de 100 famílias que necessitam de regularização

fundiária, e a emenda estabelece que esse processo seja iniciado”, explicou.

Participaram ainda da reunião os vereadores Marcio Ribeiro (PSD), William Siri (PSOL), Tainá de Paula (PT), Marcos Dias (Pode) e Deangeles Percy (PSD), além do secretário municipal de Desenvolvimento Econômico e presidente da Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos (CCPar), Osmar Lima, e do subsecretário de Planejamento Urbano, Wanderson Correa.

Emendas

A vereadora Tainá de Paula assegurou a aprovação de emendas cruciais que aprimoram o plano original da Prefeitura, impondo contrapartidas sociais, sal-

vaguardas ambientais e proteção à memória da região.

1 - Restauro da Vila Operária Salvador de Sá: Inclusão obrigatória da recuperação deste conjunto habitacional de 1906, marco da história dos trabalhadores do Rio localizado ao lado do Sambódromo.

2 - Preservação da Escola Calouste Gulbenkian: Proteção integral do complexo modernista projetado pelas arquitetas Rizza Conde e Cleia Braga, salvaguardando o pioneirismo feminino e o polo cultural da Praça XI.

3 - Melhorias Habitacionais na Coroa e no São Carlos: Financiamento público direto para reformas e melhorias nas casas das comunidades vizinhas, uma demanda levada pelos próprios moradores nas audiências do

projeto.

4 - Produção de Habitação de Interesse Social (HIS): Garantia de reserva de espaço e fomento para moradia popular voltada às famílias de baixa renda na região do Centro.

5 - Infraestrutura Verde e Resiliência Climática: Exigência de soluções baseadas na natureza, como telhados verdes e jardins de chuva para amortecer enchentes e mitigar ilhas de calor.

6 - Mitigação do Impacto na Paisagem de Santa Teresa: Após forte articulação, garantiu-se a preservação da linha de vista, do patrimônio ambiental e da ventilação das encostas da Área de Proteção Ambiental (APA) de Santa Teresa (com redação final ajustada em consonância com emenda do Executivo).

Caso Henry Borel: delegado afirma que réus tentaram enganar a polícia

Por Redação

O delegado Edson Henrique Damasceno, responsável pela investigação da morte de Henry Borel e então titular da 16ª DP (Barra da Tijuca), afirmou nesta terça-feira (26), durante o segundo dia de julgamento do ex-vereador Jairo Souza Santos Júnior, o Jairinho, e de Monique Medeiros, que o casal montou uma “farsa ensaiada” para tentar enganar a polícia sobre as circunstâncias da morte da criança.

Segundo Damasceno, as investigações demonstraram que as versões apresentadas pelos dois eram falsas e incompatíveis com os ferimentos encontrados no menino.

“No decorrer da investigação, mostramos que tudo era uma farsa ensaiada. As versões apresentadas eram mentirosas e as lesões sofridas por Henry eram incompatíveis com qualquer queda da cama. São lesões gravíssimas”, declarou o delegado.

Inicialmente tratado como um possível acidente doméstico, o caso

passou a ser investigado após a polícia identificar inconsistências nos relatos de Monique e Jairinho.

Damasceno também afirmou que Jairinho tentou impedir que o corpo de Henry fosse submetido à perícia. De acordo com o delegado, o ex-vereador teria procurado um “alto executivo” do hospital para pedir que o óbito fosse atestado na própria unidade de saúde, evitando o encaminhamento ao Instituto Médico Legal (IML).

“Ele não queria que o corpo

fosse encaminhado ao IML”, afirmou.

O hospital, porém, recusou o pedido e determinou o envio do corpo ao IML, onde foram constatadas lesões incompatíveis com a versão apresentada pelo casal.

“Se o corpo não tivesse ido para o IML, a mentira iria seguir. Se não houvesse os prints mostrando as agressões, a mentira continuaria”, disse Damasceno.

Durante o depoimento, o delegado afirmou ainda que Monique Medeiros tinha conhecimento das

agressões sofridas por Henry antes da morte do menino.

“Ela sabia disso e, mesmo assim, quando o menino morreu por ação contundente, estando apenas ela, Henry e Jairo na casa, foi à delegacia afirmar que Jairinho tinha um relacionamento maravilhoso com ele”, declarou.

Damasceno também relatou que Henry já havia sido levado anteriormente a uma unidade de saúde em Bangu com lesões consideradas suspeitas. Na ocasião, segundo o delegado, Monique apresentou a mesma justificativa usada após a morte da criança.

“Ela disse que ele havia caído da cama, curiosamente a mesma versão apresentada quando Henry morreu”, concluiu.